

Voto de pobreza

JORNAL DO BRASIL

Ao anunciar na Colômbia que "o Brasil trocou definitivamente o sonho de estar entre os ricos" para permanecer com os subdesenvolvidos sul-americanos, o sr. José Sarney antecipou o voto de pobreza que os constituintes impuseram ao país no capítulo da Ordem Econômica. Se a nova Constituição subsistir cinco anos com as disposições já aprovadas, dez ou quinze mais serão necessários para conter o retrocesso geral que terá provocado. Não menos de vinte outros, adicionais, se consumirão na retomada do desenvolvimento, caso os brasileiros possam então livrar-se da miséria. Ao ingressar no terceiro milênio o Brasil correrá o risco de figurar junto às nações assistidas pela caridade internacional.

A obra demolidora da esquerda, do PMDB e de seus aliados é de espantosa dimensão. A cegueira da legislação sobre informática — que nos segrega do progresso tecnológico — somam-se agora no texto constitucional dispositivos que impedirão ou dificultarão enormemente a conquista da poupança externa e interna indispensáveis a investimentos de risco em pesquisa e na ampliação do parque industrial. A fissura que nos separa das áreas desenvolvidas tenderá a alargar-se. Mas os marajás locais — tanto os da burocracia quanto os da "burguesia progressista" — engordarão desmesuradamente, cevados na "chasse gardée" representada por mais de 100 milhões de brasileiros aprisionados em "reservas de mercado".

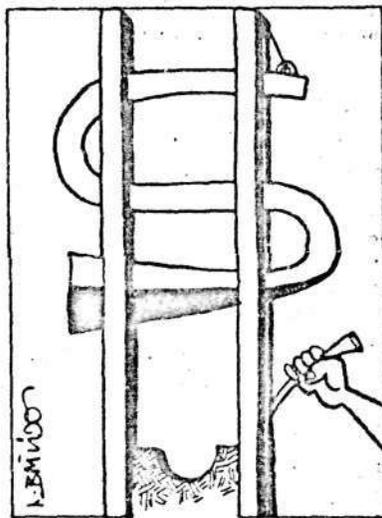
Os consumidores e os investidores particulares de capital de risco não mereceram a menor consideração por parte dos constituintes. Os obstáculos à liberdade do mercado e o isolamento autarcista propugnados com êxito pelos jacobinos deixarão o povo à mercê do capitalismo cartorial e das estatais perdulárias. O protecionismo exarcebado preservará produtores ineficientes. A economia popular estará indefesa ante predadores "nacionalistas" vorazes. A competição por capitais estrangeiros criaria condições para aumentar a eficácia com que seriam aplicados aqui. Mas a nova Constituição não permitirá que tal aconteça.

A barreira à importação de poupança externa é erguida em Brasília precisamente na hora em que os países socialistas se vêm compelidos a atraí-la. Os desalumiados constituintes não lêem nos jornais de todo dia que os capitalistas europeus e asiáticos estão em posição de prescindir do mercado brasileiro devido, também, às alternativas que a desvalorização do dólar lhes oferece para investimentos em empresas norte-americanas. O isolacionismo acentua-se entre nós quando a reorganização da economia leva a URSS a oferecer a empresas do Ocidente até 49% de participação no capital de corporações soviéticas, no momento em que a Hungria convida o capitalismo estrangeiro a assumir posição majoritária em firmas locais e reforça o convite com a oferta de incentivos fiscais (*Time*, 2/5). A esquerda e os autoproclamados "progressistas" ignoram que o Congresso Nacional do Povo ampliou, na sessão encerrada a 13 de abril último, em Pequim, as garantias já oferecidas aos negócios dos empresários particulares e permitiu a livre transferência até a estrangeiros de direitos sobre terras arrendadas ao Estado, na esperança de criar no país maior e mais eficientes fazendas (*The Economist*, 22.4, Pág. 62). A nova política levou o representante chinês em Hong-Kong, sr. Xu Jiatum, a descrever o capitalismo como "a great creation by human civilization" (*Idem*, *Idem*).

Nesse preciso instante a bancada de apedreiros e subversivos acha de engessar a taxa de juros (12% a.a.) no texto da Constituição. Os concordatários profissionais militantes inspirados da emenda inepta julgam possível isentar os devedores de remunerar os

credores pelo aquecimento do dinheiro e prejuízos da inflação! Não se lembram os finórios que se houvesse meio de efetivamente realizar a proeza inedita o número de tomadores de empréstimo seria de tal forma elevado que não haveria dinheiro bastante para satisfazê-los. A taxa de juros romperia então a fronteira constitucional... A tentativa de fixar o tabelamento do dinheiro no texto da Lei Maior ultrapassa, em estultícia, a fatuidade da falecida SUNAB ao tabelar a carne. Na hipótese de não eliminarem a parvoíce do texto em votação os capitais se refugiarão na Suíça, tal como os bois se esconderam no campo. Aqui só permanecerá o dinheiro a ser empregado em desvairada agiotagem.

No mundo cada vez mais interdependente, constituintes retrogradados querem arrastar-nos à contramão da História. A sinistra empreitada é de possível realização devido ao pacto selado entre o capitalismo monopolista, estatal e privado, e a esquerda subversiva aliada a alguns militares xenófobos, com vistas a preservar bastilhas de estatismo e privilégios. A propósito observemos que a Petrobrás há muito ultrapassou o governo federal em dimensão orçamentária. Ao con-



trário do que propalam os nacionalistas, o monopólio estatal do petróleo deixou de "ser nosso". Nós é que passamos a pertencer à Petrobrás. Não anda agora o traste a tentar reprimir o consumo do álcool? Tal política é contrária ao interesse do Brasil. Mas a Petrobrás tornou-se tão forte que as suas próprias conveniências preponderam sobre as da sociedade. Não esqueçamos que a Petrobrás era apenas uma firma de refino e importação de matéria-prima até ocorrerem os choques provocados pelo cartel árabe. Não poucos dirigentes da empresa diziam à época não haver jazidas petrolíferas aqui. A isto se deve as refinarias terem sido projetadas para produzir primordialmente gasolina. Agora, além de mostrar-se incapaz de abastecer o mercado com todo o diesel requerido pela ampliação da rede rodoviária e o desenvolvimento de extensas culturas agrícolas mecanizadas, entre as quais a soja e o trigo, a Petrobrás quer devolver o consumidor às bombas de gasolina, sem se importar com a adaptação das montadoras ao álcool e com os investimentos no parque agroindustrial alcooleiro. A isto se denomina dirigismo...

O progressista autêntico, como vemos, é contrário a esse estado de coisas: propugna a ampliação da economia de mercado, defende a liberdade de iniciativa e reclama sem cessar a redução da administração pública capturada pela *Nomenklatura* e classes afins. A defesa de monopólios, oligopólios e cartéis, privados e estatais — implacáveis exploradores da economia popular — é assumida na Constituinte pela bancada esquerdista em aliança com "criptoempresários" e semi-alfabetizados sortidos. A esses grupos nefastos cabe, sem a menor injustiça, a designação de *reacionários*, porque os seus integrantes identificam-se no interesse oculto que, na hora das votações, sempre os une indissolúvelmente na luta contra o progresso e a liberdade.